



Gláucia de Oliveira Assis
Beatriz Padilla
Thais França
Organizadoras

GÊNERO E MOBILIDADES NO TEMPO PRESENTE



TODAPALAVRA
editora

**GÊNERO E
MOBILIDADES NO
TEMPO PRESENTE**

TODAPALAVRA EDITORA

EDITOR-CHEFE

Hein Leonard Bowles

COEDITOR

José Aparicio da Silva

CONSELHO EDITORIAL

- Dr. Alexandro Dantas Trindade (UFPR)
- Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (Petrobrás)
- Dr. Carlos Fortuna (Universidade de Coimbra)
- Dra. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (UEPG)
- Dr. Christian Brannstrom (Texas A&M University)
- Dr. Claudio DeNipoti (UEPG)
- Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)
- Dra. Divanir Eulália Naréssi Munhoz (UEPG)
- Dr. Edson Armando Silva (UEPG)
- Dr. Hein Leonard Bowles (UEPG)
- Me. José Aparicio da Silva (IFPR)
- Dr. José Augusto Leandro (UEPG)
- Dr. José Robson da Silva (UEPG)
- Dra. Joseli Maria Silva (UEPG)
- Dr. Kleber Daum Machado (UFPR)
- Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG)
- Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)
- Dr. Luiz Alberto Pilatti (UTFPR)
- Dr. Luiz Antonio de Souza (UEM)
- Dra. Manuela Salau Brasil (UEPG)
- Dr. Marcelo Chemin (UFPR)
- Dra. Maria José Subtil (UEPG)
- Dra. Maria Zaclis Veiga (Universidade Positivo)
- Dra. Patrícia da Silva Cardoso (UFPR)
- Dr. Sérgio Luiz Gadini (UEPG)
- Dra. Silvana Oliveira (UEPG)
- Dr. Vanderlei Schneider de Lima (UEPG)
- Dra. Vera Regina Beltrão Marques (UFPR)
- Dr. Vitoldo Antonio Kozlowski Junior (UEPG)
- Dr. Wolf Dietrich Sahr (UFPR)

GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS
BEATRIZ PADILLA
THAIS FRANÇA
(Organizadoras)

GÊNERO E MOBILIDADES NO TEMPO PRESENTE



T O D A P A L A V R A
editora

▮ 2021 Todapalavra Editora

REVISÃO E SUPERVISÃO EDITORIAL
Hein Leonard Bowles

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Dyego Marçal

ASSESSORA TÉCNICA DAS ORGANIZADORAS DA OBRA
Camila Serafim Daminelli

G326 Gênero e mobilidades no tempo presente/ Gláucia de Oliveira Assis, Beatriz Padilla e Thais França (Org.). Ponta Grossa: Todapalavra Editora, c2020.

332 p.: il.

ISBN: 978-65-89612-00-1

1. Migração de gênero 2. Feminização da migração. 3. Mulher imigrante – representação social. 4. Migração transnacional. 5. Mobilidade humana. I. Assis, Gláucia de Oliveira (Org.). II. Padilla, Beatriz (Org.). III. França, Thais (Org.). IV.T.

CDD: 304.8

Ficha Catalográfica Elaborada por Angela Maria de Oliveira CRB9/1111

Todapalavra Editora

Rua Xavier de Souza, 599

Ponta Grossa – Paraná – 84030-090

Telefones: (42) 3226-2569 / (42) 98424-3225

E-mail: todapalavraeditora@todapalavraeditora.com.br

Site: www.todapalavraeditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

Rosana Baeninger

INTRODUÇÃO 9

Beatriz Padilla, Gláucia de Oliveira Assis e Thais França

GÊNERO, SEXUALIZAÇÃO E PRECONCEITOS

TECENDO EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS: BRASILEIRAS EM PORTUGAL - ENTRE O PRECONCEITO E A SEXUALIZAÇÃO 25

Thais França e Beatriz Padilla

SENTIDOS DE ITALIANIDADES: ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA, NARRATIVAS DE MULHERES EMIGRANTES NO INÍCIO DE SÉCULO XXI 57

Gláucia de Oliveira Assis

FORA DE CASA. NOTAS DE PESQUISA E REFLEXIVIDADE 83

Mara Clemente

MUJERES DE LA FRONTERA: APROXIMACIÓN AL COMERCIO FRONTERIZO DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO 109

María Dolores Linares

MULHERES, ASSOCIATIVISMO E REDES

- 137 **REDES MIGRATORIAS Y ESTRATEGIAS DE GÉNERO ENTRE MUJERES ECUATORIANAS RESIDENTES EN SEVILLA**
Francisco José Cuberos Gallardo e Emma Martín Díaz

- 161 **TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MIGRANTES E A LUTA POR MORADIA: A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015)**
Francisco Canella

- 187 **EMPRESARIOS COMERCIALES DE MUJERES BOLIVIANAS EN COMODORO RIVADAVIA (PATAGONIA ARGENTINA): EL PAPEL DE LOS RECURSOS ÉTNICOS Y LAS ESTRATEGIAS TERRITORIALES**
Myriam Susana González

TRÂNSITOS: FAMÍLIA, GÊNERO E RAÇA

- 213 **POLÍTICAS PÚBLICAS Y DESIGUALDAD(ES) EN MUJERES MIGRANTES: ¿QUÉ APORTA LA INTERSECCIONALIDAD? ANÁLISIS Y REFLEXIONES DESDE EL CONTEXTO PORTUGUÉS**
Beatriz Padilla e Uxue Zugaza Goienetxea

- 261 **NARRATIVAS ENTRE FRONTEIRAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CRICIUMENSES NOS ESTADOS UNIDOS**
Emerson César de Campos e Michele Gonçalves Cardoso

- 281 **LOS ALEMANES-BRASILEÑOS COMO MIGRANTES TRASNACIONALES: SUS PAUTAS MATRIMONIALES, FIESTAS FAMILIARES Y LENGUA MATERNA**
María Cecilia Gallero

- 303 **COMER E LEMBRAR: MEMÓRIAS AFETIVAS SOBRE LAR E PERTENCIMENTO DE BRASILEIROS EM LONDRES**
Maria das Graças S. L. Brightwell

- 327 **SOBRE AS AUTORIAS**



TECENDO EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS: BRASILEIRAS EM PORTUGAL - ENTRE O PRECONCEITO E A SEXUALIZAÇÃO

*Thais França
Beatriz Padilla*

INTRODUÇÃO

A partir de finais da década de 1990, a imigração brasileira para Portugal ganhou uma visibilidade inédita. Numericamente, os/as imigrantes brasileiros/as cresceram de uma forma inesperada, passando de um grupo que representava cerca de 11% em 1991 para tornar-se a maior população de imigrantes no país a partir do ano de 2006, e permanecendo nesta posição até os dias de hoje. Em 2014, representavam 22% do total dessa população (MALHEIROS, 2007; SEF, vários anos). A partir de então, diversos estudos e investigações (FRANÇA, 2012; GÓIS et al., 2009; GOMES, 2013; MACHADO, 2009; MALHEIROS, 2007; PADILLA, 2007b; PEIXOTO, 2007; PINHO, 2014) foram conduzidos para conhecer as especificidades dessa corrente migratória.

Uma das principais características da imigração brasileira para Portugal é seu caráter laboral, que pode ser atestado pela forma como

a composição do fluxo se altera à medida que o mercado de trabalho português sofre alterações e pela concentração geográfica, sobretudo em Lisboa, Porto e no Algarve (MALHEIROS, 2007). A partir dos níveis de formação profissional, das dinâmicas de inserção laboral e do número e sexo dos/as imigrantes, convencionou-se dividir a migração brasileira para Portugal em duas vagas.

A primeira vaga teve início após a Revolução dos Cravos e o princípio do processo de democratização de Portugal. Estendeu-se de finais da década de 1970 até início dos anos 1990, e coincidiu também com uma vaga de retorno de portugueses emigrados no Brasil. Era composta por grupos de exilados/as da ditadura brasileira e por profissionais qualificados/as dos setores de informática, marketing, advocacia e odontologia, que ocuparam majoritariamente cargos correspondentes às suas qualificações, uma vez que Portugal, em virtude dos atrasos sociais consequentes da ditadura, não dispunha de profissionais suficientes para assumi-los. Nesta altura, os fluxos eram masculinizados, no entanto, ao longo dos anos, a diferença entre homens e mulheres desde os anos 1980 até a atualidade sempre se manteve entre os 40 e 60%. Há um desconhecimento sobre o perfil das brasileiras – idade, escolaridade, formação profissional, inserção laboral – que vieram durante este período, o que pode ser consequência do enviesamento de gênero das análises anteriores, de incompletudes na recolha dos dados estatísticos, que não atentavam para essas diferenças, ou da pouca visibilidade dada às imigrantes nos estudos mais antigos.

O momento de transição é chave para entender a mudança entre as vagas. Feldman-Bianco (2001) argumenta que o início da imigração brasileira não foi percebido como problema, mas, quando os recém-chegados foram associados às classes mais populares, em finais dos anos 1990, a apreciação da sociedade mudou e foi problematizada. De acordo com as análises de Padilla (2006a), houve um processo de proletarização dos/as imigrantes brasileiros/as em Portugal. Ao longo da década de 1990, a migração brasileira para Portugal começou a sofrer uma grande mudança. Com a entrada de Portugal na União Europeia em 1986 (Comunidade Econômica Europeia na época), o país recebeu significativos investimentos econômicos para grandes obras de infraestrutura e modernização. Assim, uma vez mais, o mercado de trabalho português não foi capaz de dar conta localmente da demanda

por mão de obra – dessa vez menos especializada. Abriu-se, portanto, um nicho de trabalho no qual muitos imigrantes, incluindo brasileiros/as, viram uma possibilidade de inserção laboral. Concomitantemente, esse foi o momento em que o setor de serviços e atendimento no país passava por um processo de expansão, o que igualmente impulsionou uma nova onda migratória para o país. Fernandes (2008) e Machado (2009) classificam esse setor como “mercado da alegria e da simpatia” e afirmam que a facilidade linguística, juntamente com os estereótipos dos/as brasileiros/as como simpáticos/as, acolhedores/as, festivos/as e sedutores/as, lhes daria uma vantagem competitiva em relação aos demais grupos de imigrantes.

Em virtude dessa nova configuração do mercado de trabalho português e das redes sociais que se formaram ao longo dos anos, a imigração brasileira assumiu outro caráter. Houve um aumento numérico relevante, intensificou-se a presença feminina e, embora os níveis de qualificação dessa vaga fossem inferiores àqueles da primeira vaga, comparativamente com outras comunidades imigrantes e com a população portuguesa, poderiam ainda ser considerados intermédios. A inserção laboral desses/as novos/as imigrantes deu-se principalmente nos setores da construção civil, do comércio e atendimento ao público e do cuidado, em condições laborais e contratuais precárias, de forma que muitos/as trabalhavam em situação irregular.

É também de ressaltar que na primeira década de 2000 presenciou-se um aumento significativo da imigração irregular brasileira, tanto por esquemas de tráfico de seres humanos (PEIXOTO, 2007) como por casos de *overstayers* protagonizados geralmente por turistas que entravam legalmente no país e, após o término do período de estadia permitido, continuavam em Portugal (PADILLA, 2007d). No entanto, diversas medidas de regularização de imigrantes foram promovidas pelo governo português, tanto por via de processos ordinários, mais notoriamente a partir de 2007, com a nova lei de imigração, como por processos excepcionais, tal qual o acordo realizado por Lula em 2003, que beneficiava exclusivamente a comunidade brasileira em Portugal, permitindo que muitos/as imigrantes brasileiros/as regularizassem sua documentação (PADILLA, 2007a).

A literatura salienta, em ambas as vagas, razões semelhantes para a imigração: proximidade linguística, possibilidade de inserção

no mercado de trabalho, redes sociais de contato e ausência de obrigatoriedade de visto para entrada no país, entre outras (GÓIS et. al., 2009; PADILLA, 2006b; PEIXOTO & FIGUEIREDO, 2007). No entanto, esse último motivo ganhou mais relevância na segunda vaga após o atentado de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, em Nova Iorque, uma vez que o controle das fronteiras americanas tornara-se muito mais rígido, fazendo com que muitos/as brasileiros/as que tinham planos de ir para os Estados Unidos mudassem seu destino para Portugal. Aliado a isso, no caso da segunda vaga, é importante ressaltar também a importância das redes sociais, que funcionam como atrativo para novos imigrantes, bem como, tal como citado anteriormente, dos seguidos processos extraordinários de regularização de imigrantes indocumentados levados a cabo pelo Estado português (BAGANHA, 2005; PADILLA, 2006b, 2007a).

O aumento significativo da imigração brasileira em Portugal intensificou a circulação de estereótipos sobre a ex-colônia e seu povo. Padilla (2006a) identificou vários estereótipos relacionados com diferentes aspectos, desde a simples percepção por serem brasileiros/as, às formas de socializar, falar, andar e de estar em público, e até uma dimensão vinculada à sexualização. Assim, falta de seriedade e preguiça associaram-se tanto a homens como a mulheres, atitudes como a malandragem e a esperteza foram percebidas como condutas masculinas, e a hipersexualização do comportamento relacionou-se com as mulheres.

A presença crescente de mulheres brasileiras no país trouxe à superfície a existência de um imaginário social erguido em cima de um discurso colonial que constrói a mulher brasileira como um corpo exótico, hipersexualizado, dócil e subalterno. A imagem estereotipada da imigrante brasileira como uma mulher sensual, sedutora e dotada de uma corporalidade específica passou a ser reproduzida nos meios de comunicação, nos discursos institucionais e nas narrativas cotidianas, associando esses sujeitos ao mercado do sexo e à prostituição (ALVIM & TOGNI, 2010; CUNHA, 2003; GOMES, 2013; PADILLA, 2007b, 2007c; PONTES, 2004).

Tal qual Gomes (2013), entendemos o conceito de imaginário social como uma construção social complexa, em que diferentes relações de poder estão em jogo, que se naturaliza em uma determinada sociedade. Com base em análise foucaultiana, a autora afirma não

haver uma separação entre os imaginários e a realidade social. No caso das mulheres brasileiras, como apresentado anteriormente, são diversos os discursos que convergem na construção desses sujeitos como um corpo colonial subalterno. Ainda segundo Gomes (2013), o imaginário colonial sobre as mulheres brasileiras como corpos sexualmente disponíveis e exóticos alimenta de forma marcante o atual imaginário social sobre a mulher brasileira em Portugal, pautado pelo racismo, pelo sexismo, pela heteronormatividade e pela colonialidade.

Mais recentemente, França e Padilla (2018) identificaram o surgimento de uma terceira vaga migratória. Em 2011, no contexto da crise econômica portuguesa que teve início em 2008, apesar do contínuo crescimento do número de estudantes que já se verificava desde o começo dos anos 2000, pela primeira vez a população brasileira no país apresentou sinais de decréscimo. Tendência que durou até 2017, quando, pela primeira vez voltou-se a registrar um aumento nas entradas. Neste contexto, o novo fluxo apresenta um nível de qualificação mais elevado, houve um crescimento da emissão das autorizações de residência para investimentos, de aposentados/as enquadrados/as no programa de benefício fiscal para residentes não habituais e manteve-se o alto número de estudantes.

Com base nessas contribuições mais recentes acerca de uma vertente inédita da imigração brasileira para Portugal, e analisando de forma específica o caso das mulheres brasileiras na academia portuguesa, algumas perguntas podem ser postas: em que se aproxima e se distancia a experiência das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho precário com a das mulheres no setor acadêmico? Como o imaginário social existente em Portugal acerca das brasileiras se materializa no cotidiano das trabalhadoras e das acadêmicas? Qual o espaço reservado para a mulher brasileira na academia portuguesa?

O texto traz em sua estrutura, inicialmente, uma discussão acerca da imigração da mulher brasileira para Portugal, considerando o papel do imaginário social na experiência desses sujeitos na sociedade portuguesa. Posteriormente, discute a mobilidade acadêmica brasileira para Portugal, situando as ligações históricas e o atual contexto político e econômico de ambos os países em que esse fenômeno se dá. Em seguida, a partir de uma metodologia feminista qualitativa de análise de entrevistas realizadas com brasileiras trabalhadoras imigrantes e acadêmicas no país, associada a uma leitura complementar dos apor-

tes dos estudos migratórios sobre a mobilidade acadêmica, procede-se a uma perspectiva comparada das experiências desses dois grupos. Por fim, algumas considerações finais são tecidas.

MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL: DA INVISIBILIDADE À HIPERSEXUALIZAÇÃO

A invisibilidade das mulheres como sujeitos ativos e autônomos da imigração foi denunciada na década de 1980 por Morokvasic (1984), e, apesar das constantes críticas que vieram posteriormente a reforçar as considerações da autora (KOFMAN, 1999; ZLOTNIK, 1995), ainda hoje os estudos que problematizam gênero e migração são escassos. No caso das brasileiras imigrantes em Portugal, foi apenas depois que superaram numericamente os brasileiros em 2004 (SEF, 2005) que se reconheceu a feminização do fluxo, quando então, timidamente, os primeiros estudos sobre o fenômeno começaram a ser conduzidos, como os de Cunha (2003), Padilla (2007b, 2007c) e Pontes (2004).

Via de regra, como dito anteriormente, identifica-se a primeira vaga migratória brasileira para Portugal como sendo formada em sua grande maioria por homens. Contudo, é preciso ter em consideração que o caráter sexista e androcêntrico dos estudos migratórios e a cegueira de gênero na recolha de dados oficiais podem ter encoberto o real número de mulheres brasileiras que compunha essa vaga, contribuindo para o desconhecimento da diversidade das experiências migratórias das brasileiras em Portugal.

Foi apenas a partir da segunda vaga, com o crescimento numérico inegável das mulheres brasileiras em Portugal e com o avanço dos estudos feministas dentro da academia, que se passou a procurar conhecê-las e analisar seus trajetos, experiências e projetos migratórios. Como se observa no gráfico abaixo (Gráfico 1), a partir de 2004 o número de mulheres brasileiras em Portugal ultrapassou o número de homens, tendência que se manteve mesmo durante a diminuição da

população brasileira no país entre 2011 e 2016 e que se tornou mais relevante com a retomada do crescimento em 2017, tanto é que atualmente as mulheres representam 57% do total da população brasileira em Portugal (SEF, 2005, 2015).

A feminização da imigração brasileira para Portugal deu-se em concomitância com a feminização mundial da imigração no sentido sul-norte. Por um lado, a intensificação da presença das mulheres do norte no mercado de trabalho, dando origem às chamadas cadeias de cuidado global, somada ao crescimento do setor de serviços, que gerou novos nichos de trabalho para a mão de obra feminina (*call telemarketing*, serviços de limpeza, atendimento), contribuiu para o aumento da migração feminina. Por outro lado, as conquistas dos movimentos feministas tiveram um impacto positivo no crescimento da autonomia feminina e no aumento do número de mulheres na educação, tanto básica como superior (HOCHSCHILD, 2000; KOFMAN & RAGHURAM, 2006; PIPER, 2007).

Neste sentido, a imigração das mulheres brasileiras para Portugal reproduz em muitos aspectos as características ressaltadas acima (FRANÇA, 2012; PADILLA, 2007b). Para os objetivos específicos deste artigo, é de ressaltar que a partir do início dos anos 90 se consolida o aumento do número de mulheres nas universidades brasileiras (GUEDES, 2008; LOURO, 2002).

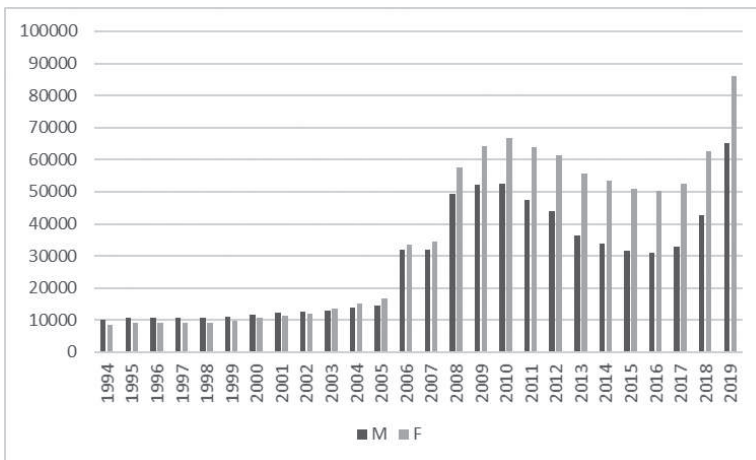


Gráfico 1. Imigração brasileira para Portugal, por sexo (1995-2018).
Fonte: SEF, vários anos.

Delineou-se o perfil da brasileira imigrante em Portugal como uma mulher relativamente jovem, com um grau de educação intermédio, inserida principalmente no mercado de trabalho precário e informal no setor de serviços, atendimento, estética e cuidados (PADILLA & FRANÇA, 2015).

A feminização desse fluxo coincidiu também com um evento que marcaria intensamente a imagem (e experiência) da brasileira em Portugal e que, ao ser questionado por algumas feministas, contribuiu para a decolagem dos estudos migratórios com enfoque de gênero e/ou feminista. O chamado caso das Mães de Bragança referia-se às denúncias das “mães portuguesas” que sofriam o abandono dos maridos devido a eles frequentarem as casas de alterne¹, onde as brasileiras trabalhavam. Este caso teve grande destaque na edição da revista *Time Europe*, em outubro de 2003. Posteriormente, os acontecimentos chegaram a todos os *media* portugueses que difundiram a campanha das ditas mães contra as mulheres brasileiras, acusando-as de seduzirem os homens casados e destruírem seus casamentos e suas famílias. O fenômeno das Mães de Bragança (PADILLA, 2008; PAIS, 2010) ilustra claramente como o discurso cotidiano e social construiu as mulheres brasileiras como pecadoras, destruidoras de lares e famílias, enquanto as portuguesas foram narradas como íntegras, honestas e familiares (GOMES, 2013).

Esse caso aproveita-se do discurso colonial que narra as mulheres das colônias como mulheres exóticas, subalternas, incivilizadas, sexualizadas e dotadas de uma corporalidade específica, para reforçar o imaginário social acerca da imigrante brasileira em Portugal como uma mulher hipersexualizada, inferior, submissa e ignorante. Os estudos de Gomes (2013) e Padilla (2007b, 2007c) apontam para a relação direta entre a racialização e articulação entre colonialismo e gênero nesse fenômeno, resultando em uma essencialização da mulher brasileira na sociedade portuguesa e em diferentes situações de preconceito e discriminação. Dificuldades em alugar casas, acessar o serviço de saúde e benefícios sociais, ofertas de trabalho em postos precários, vulneráveis e instáveis, longas jornadas laborais, salários inferiores aos

¹ Em Portugal as “casas de alterne” são estabelecimentos direcionados exclusivamente ao público masculino, em que o trabalho das mulheres é divertir os clientes, estimulando seu consumo de bebidas e comidas. Não há a promoção de atividades sexuais.

pagos tanto a portuguesas como a brasileiros, humilhações verbais e assédio moral, entre outros, são alguns exemplos dessas situações (GOMES, 2013; PADILLA, 2007b; PADILLA & FRANÇA, 2015).

MOBILIDADE ACADÊMICA EM PORTUGAL: NOVOS E ANTIGOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

O atual panorama dos movimentos migratórios *de e para* Portugal apresenta características que em um primeiro momento podem parecer contraditórias, mas uma análise aprofundada desmitifica essa compreensão. A atual crise econômica desacelerou a entrada de novos/as imigrantes e incentivou o aumento da emigração de nacionais, elevando a números que remontam ao período ditatorial de 1960/1970; entre 2013-2014, cerca de 110 mil portugueses/as deixaram o país (PIRES et al., 2015). E os investimentos feitos em educação e ciência no país ao longo dos anos 2000 (com financiamentos oriundos em grande parte da União Europeia), ainda que timidamente, deram alguma visibilidade a Portugal no cenário da ciência mundial e, conseqüentemente, nas dinâmicas de mobilidade acadêmica transnacional,² proporcionando o surgimento de um novo fluxo migratório para o país: cientistas, acadêmicos/as e estudantes internacionais. Neste sentido, pode-se dizer que o crescimento da emigração é uma resposta imediata à crise atual. O aumento das dinâmicas de mobilidade acadêmica para o país é resultado de uma política educacional e científica de médio e longo prazo.

Contudo, é preciso considerar que, juntamente aos interesses de Portugal em promover a internacionalização das instituições de en-

² Reconhecemos que uma reflexão profunda e crítica acerca da categorização da mobilidade científica de forma independente dos demais processos migratórios é urgente. As ideologias e interesses políticos e econômicos por trás dessa separação confluem com a lógica neoliberal de criminalização da imigração comum e da supervalorização da imigração altamente qualificada e com fins de investimentos. Contudo, a complexidade da discussão não permite ser abarcada neste artigo, que tem como objetivo discutir a experiência de mulheres brasileiras na academia portuguesa.

sino superior e investigação, também estava a preocupação em captar financiamentos estrangeiros através de acordos de parceria e cooperação científico-acadêmica por conta dos intensos cortes orçamentários na educação, ciência e tecnologia resultantes da situação econômica desfavorável que o país enfrentava, bem como o interesse em atrair estudantes internacionais devido à crise que as universidades vinham enfrentando com a diminuição do número de estudantes portugueses/as.³

No caso específico da relação com o Brasil, esse momento de atração de estudantes e captação de recursos internacionais por parte das instituições portuguesas coincidiu com o período em que o governo brasileiro aumentou seus investimentos em programas de internacionalização acadêmico-científicos, através da Capes e do CNPq, mas, sobretudo com a criação do programa CsF.

Num momento em que o conhecimento aparece como recurso central para o crescimento econômico e social de um país (HARDT & NEGRI, 2005), a mobilidade acadêmica ganhou grande visibilidade nas discussões sobre educação, ciência e tecnologia, uma vez que está diretamente associada a questões sobre produção de conhecimento e transferência de tecnologias. A partir da literatura existente (ACKEERS, 2005; CANTWELL, 2011; DELICADO, 2010), pode-se definir o fenômeno da mobilidade acadêmica como a circulação de cientistas, acadêmicos/as e estudantes por instituições internacionais, seja como parte de um projeto institucional ou pessoal, de curta (menos de 3 meses), média (entre 3 e 12 meses) e longa (superior a 12 meses) duração. Sobre as principais vantagens da mobilidade de cientistas e acadêmicos/as internacionalmente, é possível citar: fortalecimento de redes de investigação, internacionalização da carreira e das instituições envolvidas, aumento do número de publicações, barateamento dos

³ Desde o ano de 2014, com a promulgação do Estatuto do Estudante Internacional (EEI), aprovou-se pelo Conselho de Ministros a diferenciação do valor das taxas universitárias pagas por estudantes internacionais, podendo em alguns casos chegar até sete vezes mais do que pagam os estudantes nacionais (PÚBLICO, 2014). A crise econômica tem um efeito direto na diminuição do número de estudantes nas universidades portuguesas. Por um lado, o pagamento compulsório de taxas às universidades aprovadas pelo processo de Bolonha em 2005, e, por outro, a diminuição do orçamento familiar, impediram muitos jovens de seguirem o ensino superior, obrigando-os a ingressar diretamente no mercado de trabalho (VIEIRA, VIEIRA & CACHAPA, 2012).

custos de experimentos, criação de parcerias transnacionais, aprendizados de novas técnicas experimentais e de análise, confronto de distintas escolas de pensamento e maior difusão do conhecimento produzido, entre outras (ACKERS, 2005; FRANÇA & PADILLA, 2013; RAGHURAM, 2009).

Apesar desses benefícios para o desenvolvimento da ciência e da economia, a mobilidade acadêmica também envolve uma série de problemas, que precisam ser analisados cuidadosamente. Por exemplo, a continuação dos fluxos de mobilidade principalmente no sentido sul-norte; a cegueira de gênero que marca a maioria dos programas, que não consideram as necessidades específicas das mulheres e o impacto das desigualdades estruturais por conta das diferenças de gênero; as práticas de discriminação e racismo; a supervalorização do conhecimento produzido no norte e a invisibilização daquele produzido no sul; definição de agendas de investigação com base principalmente nos interesses do norte; distribuição desigual do conhecimento e das tecnologias produzidas em projetos de parcerias (FRANÇA & PADILLA, 2013). Levanta-se, pois a questão de em que medida os programas de mobilidade acadêmica realmente contribuem para a democratização da ciência e até que ponto legitimam as desigualdades existentes.

Historicamente, a instabilidade econômica e a falta de investimento substancial e efetivo no desenvolvimento científico e acadêmico fez com que a participação de Portugal no sistema internacional da ciência fosse muito reduzida. Baixa produtividade, escassez de recursos financeiros, resistência à inovação e altos níveis burocráticos e hierárquicos são alguns dos elementos que contribuíram para esses posicionamentos (NUNES & GONÇALVES, 2001). Essa conjuntura fez com que durante muitos anos cientistas e acadêmicos portugueses/as buscassem melhores opções de formação no exterior e que o país recebesse um número quase que irrelevante de acadêmicos/as e cientistas internacionais (DELICADO, 2010).

Contudo, como dito anteriormente, nos últimos anos essa realidade alterou-se significativamente, e Portugal passou a ser visto como um potencial país para o desenvolvimento da carreira acadêmica. Alguns dos motivos que podem ser citados para essa mudança são: o retorno de acadêmicos/as e cientistas nacionais que estive-

ram no estrangeiro para realizar seus doutorados e pós-doutorados durante as décadas de 1990 e de 2000, dando origem a redes de cooperação e intercâmbios mais estáveis (DELICADO, 2010); os investimentos financeiros da União Europeia para garantir uma “europeização” das ciências, permitindo a criação de infraestruturas para a promoção de um sistema de investigação consolidado (NUNES, 2002); o papel fundamental de Mariano Gago, enquanto Ministro da Ciência e da Tecnologia (1995-2002) e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2005-2011), na colocação da ciência na agenda política em Portugal e na sua profissionalização através da criação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em 1996, e no aumento do orçamento para a ciência, com a multiplicação do número de postos de investigadores/as; o fortalecimento das relações com os países ex-colônias através de instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por via de acordos de reconhecimento de qualificações e programas de bolsas de estudos; e a promoção de estratégias para captar recursos internacionais, com o recebimento de investigadores/as e estudantes estrangeiros/as, no sentido de aumentar os níveis de internacionalização das instituições de ensino e investigação.

Soma-se a esse quadro a tendência mundial de precarização do segmento acadêmico-científico, que resulta tanto no aumento da oferta de contratos temporários para projetos de investigação específicos e com tempo determinado, no geral em forma de bolsas e não como contratos de trabalho, como na diminuição do número de posições permanentes nos principais centros de investigação, laboratórios e universidades, forçando acadêmicos/as a buscarem opções menos concorridas, como Portugal, por exemplo (BAUDER, 2015).

Mais ainda, no caso específico brasileiro, é preciso ressaltar a importância da relação histórica entre Brasil e Portugal no que diz respeito ao ensino superior. Portugal, ao contrário da Espanha, não tinha em seu plano de colonização a criação de universidades em suas colônias, almejando com isso assegurar a dependência cultural, intelectual e econômica das colônias em relação à metrópole. Assim, durante o período colonial a elite econômica que vivia no Brasil costumava mandar seus filhos para estudarem nas universidades da metrópole. E após a independência, em 1822, a elite local brasileira, com

o intuito de garantir a manutenção de seus privilégios de classe, optou igualmente por não criar universidades nacionais. Desta forma, a tradição de completar os estudos superiores em instituições no exterior, especialmente europeias, manteve-se por muitas décadas. A primeira universidade brasileira foi criada apenas em 1930; assim, até o século XX as universidades portuguesas eram as principais instituições de formação superior dos/as brasileiros/as (ALMEIDA, L. et al., 2012). Não se pode, portanto, minimizar a relevância dessa tradição nas atuais dinâmicas de mobilidade acadêmica do Brasil para Portugal.

Na década de 1950, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a academia brasileira começou a ensaiar seus primeiros passos no processo de internacionalização do ensino superior e da ciência. Nesse período, embora menos frequente do que no passado e em números mais reduzidos do que se via com outros países, a mobilidade acadêmica brasileira para Portugal teve continuidade (ALMEIDA, A. M. F., 2004; ENGELMANN, 2012). Contudo, foi sobretudo a partir do final da década de 1990, quando a Capes deu início a um processo de internacionalização da academia brasileira de maneira intensa e planejada, que o número de intercâmbios de acadêmicos/as e estudantes entre Brasil e Portugal aumentou de forma mais significativa. Os anos 2000 foram um marco na cooperação acadêmica entre os dois países, com um impacto direto no crescimento da mobilidade acadêmica recíproca. Vários programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino superior e acordos de cooperação entre Capes, CNPq e FCT para promover o intercâmbio de estudantes e docentes foram criados, tais como: Capes/IGC (2011-2013); Capes/FCT, em vigor desde 2008; e os editais de Convênios Bilaterais de Cooperação Internacional do CNPq nº 20/2004, nº 27/2006, nº 61/2008 e nº 53/2010 (FRANÇA & PADILLA, 2016).

O CsF é outro momento fundamental da cooperação acadêmico-científica entre os dois países. Criado em 2011, o programa tinha como objetivo primeiro conceder, até 2015, 101 mil bolsas de estudos desde a graduação até formação avançada em programas de pós-doutoramento ou professores/as visitantes (SANTOS JUNIOR, 2013). Durante os dois primeiros anos, 2011-2012, a procura por institui-

ções portuguesas foi altíssima, inferior apenas à procura pelos Estados Unidos – um em cada cinco estudantes escolhia Portugal como país de destino, sendo a facilidade linguística um dos principais motivos.⁴

Outro evento relevante na relação acadêmica científica entre Brasil e Portugal deu-se em 2014, quando a Universidade de Coimbra, com o objetivo de atrair mais estudantes brasileiros/as e compensar a exclusão do programa CsF, passou a aceitar em seu processo de seleção para os cursos de graduação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do Ministério da Educação (MEC) brasileiro. Ao todo, em março de 2016, 12 instituições portuguesas de ensino superior acolheram os resultados do Enem como critério de seleção de novos alunos – dentre elas a universidade do Porto, Aveiro, Lisboa, Algarve e diversos institutos politécnicos (PORTAL BRASIL, 2016).

Além disso, programas financiados pela União Europeia que visavam promover a circulação de acadêmicos de países terceiros no espaço Europeu, como o Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina (Alban) (2008-2010), as diversas edições dos programas de mestrado e doutoramento Erasmus Mundus e Ações Marie Skłodowska-Curie do 7^o Programa Quadro de Desenvolvimento também contribuíram diretamente para o aumento da circulação de acadêmicos/as brasileiros/as por instituições portuguesas.

Percebe-se, portanto, que a consolidação do fluxo de estudantes e acadêmicos/as brasileiros/as para Portugal não é um fenômeno tão repentino quanto se costuma apontar. Ao longo de vários anos, diversas ações foram sendo postas em prática, ainda que não necessariamente de maneira coordenada e planejada, culminando, finalmente, no aumento da mobilidade acadêmica no sentido Brasil-Portugal. Para ambos os países, o fortalecimento dos laços acadêmicos com Portugal foi bastante conveniente para acelerar os índices de internacionalização da ciência nacional através do envio recíproco de investigadores/as e estudantes (FRANÇA & PADILLA, 2016).

A partir do exposto, a questão que se deve colocar não é como e/ou por que se deu a formação desses fluxos ao longo da última

⁴ Em 2013, o governo brasileiro optou por excluir Portugal da lista de países elegíveis para intercâmbios de graduação do CsF, tendo como justificativa a importância de os/as estudantes e acadêmicos/as aprenderem outras línguas, qualificação que não seria possível em Portugal (G1, 2014).

década, mas, sim, como se desenvolve no cotidiano e diariamente a experiência desses sujeitos no meio acadêmico português; no que se aproxima e no que se diferencia da experiência dos/as imigrantes brasileiros/as que não estão inseridos/as no setor acadêmico.

OBJETIVO E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Com base no que foi exposto, o objetivo deste trabalho é refletir acerca da mobilidade acadêmica e estudantil de mulheres brasileiras para Portugal, considerando o papel do imaginário social acerca da imigrante brasileira nesta dinâmica. Para tanto, realiza-se uma análise comparada das experiências brasileiras inseridas no mercado de trabalho português, de um lado, e, de outro, na academia portuguesa. Nesse sentido, eis a questão de fundo que perpassa este artigo: estar presente no meio acadêmico e possuir qualificações elevadas asseguram um distanciamento do imaginário social das brasileiras como mulheres subalternas, inferiores e hipersexualizadas e contribui, portanto, para uma experiência menos estigmatizada e vulnerável na sociedade de acolhimento do que aquela das imigrantes brasileiras inseridas em postos de trabalho pouco qualificados, com escasso reconhecimento e prestígio social e altos níveis de vulnerabilidade?

A proposta metodológica que sustenta este artigo é primordialmente feminista e qualitativa, baseada em uma análise comparativa de entrevistas em profundidade realizadas com brasileiras em diferentes períodos e pertencentes a dois grupos específicos. O primeiro grupo é composto por 10 entrevistas realizadas no ano de 2010 com brasileiras imigrantes em Portugal inseridas em postos pouco qualificados (nos setores de cuidado, estética, limpeza, serviços e atendimentos, mesmo que tivessem qualificações elevadas), e o segundo reúne 10 entrevistas conduzidas no ano de 2014 com brasileiras em mobilidade acadêmica (doutoramento, pós-doutoramento, investigadoras convidadas ou professoras) em instituições portuguesas de ensino superior. Em ambos os casos, a amostra foi composta a partir da técnica de bola de neve (BIERNACKI & WALDORF,

1981), uma técnica não probabilística que utiliza cadeias de referência. A partir de nossos contatos pessoais, o primeiro sujeito a ser entrevistado em cada um dos grupos foi identificado e, após a realização da entrevista, convidamos a entrevistada a nos indicar novos contatos dentro do perfil solicitado. Em virtude da especificidade do perfil que procurávamos, a referida técnica mostrou-se bastante adequada.

Os locais das entrevistas variaram, indiferentemente do grupo em questão. Tanto com as trabalhadoras como com as acadêmicas, em alguns casos as entrevistas realizaram-se em suas casas ou em locais públicos - cafés e parques. Contudo, enquanto algumas acadêmicas optaram pela realização das entrevistas nas universidades, nenhuma das entrevistas com as trabalhadoras realizou-se no local de trabalho. Todas as entrevistadas gozavam de um estatuto migratório regularizado. As entrevistas duraram entre 50 e 90 minutos, e elas foram gravadas e posteriormente transcritas para fins de análise. E as entrevistadas foram identificadas por um nome fictício, para preservar o anonimato.

A aposta na obtenção de uma variedade de material para exame reside no entendimento de que, juntos, esses depoimentos possam fornecer dados complementares que permitam desenhar um quadro amplo e detalhado e analisar de maneira crítica e aprofundada a experiência das acadêmicas brasileiras em Portugal.

Igualmente, buscamos aproximar nossas metodologias das contribuições da *ground theory*, pelo seu potencial de construção teórica contínua à medida que o fenômeno se desenvolve no campo, permitindo uma reflexão complexa sobre questões igualmente complexas, indutivas e dedutivas simultaneamente. A compreensão de que os conceitos teóricos emergem dos dados e não são impostos a eles (YUNES & SZYMANSKI, 2005, p. 4) é fundamental para assegurar uma reflexão densa sobre a experiência das mulheres brasileiras na academia portuguesa e iluminar o conhecimento acerca deste fenômeno.

Por fim, reafirmamos, a partir das contribuições das metodologias feministas, que o conhecimento de um determinado fenômeno é sempre situado, parcial e historicamente localizado. Portanto, este estudo não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre mulheres brasileiras em mobilidade acadêmica para Portugal, mas, sim, a de oferecer diferentes perspectivas de análise (HARDING, 1987).

ANÁLISES

As entrevistas revelaram que as experiências migratórias das mulheres brasileiras não podem ser categorizadas de forma homogênea, visto que apresentam uma grande diversidade no que diz respeito aos motivos que as levaram a migrar, aos tipos de projetos migratórios (familiares, autônomos) e às estratégias de inserção na sociedade portuguesa. Contudo, identificou-se uma aproximação dessas experiências no tocante, principalmente, às trajetórias laborais e acadêmicas, marcadas pela inferiorização, exclusão e estigmatização.

Logo abaixo está o depoimento de Érica, gaúcha de 32 anos que imigrou para Portugal em 2006, porque seu companheiro recebeu uma oferta de emprego na construção civil. Ela tem ensino superior completo em Relações Internacionais, mas nunca conseguiu inserir-se na área em Portugal, tendo alternado entre diversos empregos precários. Atualmente trabalha como diarista.

Aí fiz de tudo, você sabe que, quando a gente está ilegal aqui, a gente faz de tudo, é limpeza, é café, é isso... É babá, é... Até tu conseguir um lugar e contrato de trabalho e te orientar, tipo demora um bocadinho. (...) Então, eu cheguei aqui, comecei a trabalhar num café, no verão. Até arrumei um *part-time* à noite numa lojinha dos chineses, esse foi meu primeiro ano, cheguei em fevereiro. Aí, no primeiro inverno, eu fiquei cuidando de uma criança, ganhando 150 euros... Aí virou o ano, eu comecei a trabalhar numa outra loja lá embaixo, a loja vendia joias (...). De vez em quando fazia limpezas para ganhar um extra, aí percebi que ia ganhar mais de diarista do que lá na loja, mas eu não podia deixar a loja de uma vez porque ali eu tinha contrato e precisava do contrato pras renovações do SEF... Demorou até eu conseguir encontrar alguém que assinasse meu contrato como diarista para eu deixar a loja. E não me arrependo não, é instável, mas eu ganho mais e faço meu horário.

Abaixo está o depoimento de Lis. Estava com 41 anos, natural do Ceará. Formada em Comunicação Social, veio para Portugal em 2005 para fazer mestrado, sem bolsa de estudos. Custeou os estudos com economias que trazia do Brasil e trabalhos de *free-lancer*. Após o mestrado, conseguiu dar prosseguimento a sua carreira acadêmica no país. Atualmente possui um contrato temporário como professora

auxiliar em uma faculdade privada e tem uma bolsa de pós-doutoramento da FCT.

No mestrado eu não tive bolsa, paguei mesmo do meu bolso. Tinha juntado um dinheiro no Brasil, estava cansada do trabalho e achava que um mestrado no exterior era uma boa oportunidade. Terminei o mestrado e minha orientadora me chamou para participar de um projeto de investigação com ela, tinha uma bolsa de três anos para mestre. Aí eu aceitei. Só que, antes do final do primeiro ano, eu ganhei minha bolsa de doutorado. No começo foi ótimo, fiquei super feliz, estava garantida por quatro anos. Mas, primeiro começaram os cortes da FCT nos auxílios para publicação, viagem a congressos e etc.; depois, quando estava já no final do terceiro ano (de bolsa) eu não tinha ideia do que ia fazer, só pensava que a bolsa ia acabar, “e depois?” Ela (a orientadora) sempre dizia que eu não me preocupasse porque tinham os projetos de pesquisa e etc., mas não tinha segurança nenhuma, entende? E a troika foi chegando e cortando tudo... Dei sorte que terminei o doutorado e ganhei a bolsa de pós-doc, em teoria de seis anos, mas sabendo que tem a tal renovação nos três anos e não tem nenhum benefício, fora a licença maternidade... Aí agora também estou com um contrato de professora em uma faculdade particular, preciso começar a fazer nome, não confio na FCT e estou cansada de ser bolsista!

Ainda que as duas narrativas descrevam experiências bastante diferentes, há um fio comum que as atravessa: a precariedade. A trajetória laboral de Érika envolve uma sucessão de trabalhos não qualificados e mal pagos que não correspondiam à sua formação profissional e que eram perpassados pela instabilidade, especialmente no que diz respeito a ter um contrato para a regularização dos documentos diante do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)⁵. E se o percurso acadêmico de Lis parece apresentar uma evolução – mestrado auto-financiado, seguido de bolsas de investigação, doutoramento, pós-doutoramento e uma posição de professora auxiliar –, uma análise cuidadosa identifica igualmente uma situação de instabilidade. Há mais de sete anos Lis não tem um contrato de trabalho, usou suas economias para pagar seu mestrado e, desde então, tem sido paga com bolsas de estudos, razão pela qual não tem tido acesso a benefícios como férias, seguro-desemprego, ou segurança social, e enfrentado ainda, com certa frequência, situações de incerteza quanto à

⁵ Órgão oficial português responsável pela regularização dos imigrantes.

renovação da bolsa. E sobre seu contrato de professora, trata-se de um contrato temporário, pago apenas durante os meses de aula (fazendo com que nas férias seus rendimentos caiam de forma significativa), igualmente sem benefícios e sem garantias de renovação a cada ano. Lis opta por acumular o pós-doutoramento e a posição de professora como uma estratégia de segurança laboral e econômica para o futuro.

O fato de Lis estar inserida em um posto de trabalho que corresponde a suas qualificações, enquanto o mesmo não acontece com Érika, confere um diferencial qualitativo significativo para as duas experiências. Porém, quando analisadas sob a ótica da precariedade e instabilidade, as duas compartilham experiências semelhantes. Ou seja, a qualificação superior e o tipo de inserção laboral de Lis em relação a Érika não protegem sua carreira da precarização.

Ana, 31 anos, de Cuiabá, tem um curso técnico em contabilidade e imigrou para Portugal em 2008, em um projeto autônomo e independente. Trabalhava no Brasil como supervisora do setor financeiro de uma empresa com mais de 100 funcionários. Durante três meses, procurou emprego na sua área em Portugal, mas, não encontrando, passou a trabalhar como atendente de telemarketing.

Imagina que eu era supervisora de uma empresa, trabalhava no financeiro, e aqui trabalho como atendente de telemarketing. Pesa, pesa muito... Mas... É assim, eu... Cada escolha, uma renúncia, então eu tive que... Se eu não trabalhasse com o que aparecesse, ou num café, ou disso, ia chegar uma hora que meu dinheiro não ia dar mais, então eu disse, já que eu tô aqui... eu vou ter que, eu vou ter que dar conta... Vou ter que me submeter a trabalhar disso, mas é difícil, não é fácil.

Patrícia, 37 anos, é de Santa Catarina. Em 2012, veio para Portugal com uma bolsa de doutoramento pleno em arquitetura, financiada pela Capes. No momento da entrevista, estava terminando o segundo ano do curso.

O começo foi um choque para mim. Eu já tinha feito muita coisa no Brasil, sempre fui bolsista daquelas coisas de iniciação científica, monitoria e etc., fiz meu mestrado lá, que é muito mais puxado do que aqui, com todas aquelas regras absurdas da Capes, qualificação, publicação e etc. Estava envolvida em vários grupos de pesquisa, participado em um monte de congressos interna-

cionais e etc. Tinha trabalhado de professora substituta da UFSC. Ganhei a bolsa da Capes para o doutorado pleno no exterior, que é super difícil. Poxa, eu tinha um caminho bem trilhado. Ai quando cheguei em Portugal, me tratavam como uma estudante recém-saída da graduação. Que agora é o caso desde Bolonha, porque os meninos entram bem novinhos no doutoramento... Depois, não tem espaço para nada, tudo é uma dificuldade, não posso propor nada, não me integram em nenhum grupo. Sinceramente, essa parte não é muito fácil não. E o pior é quando eu sinto que tem outros estudantes estrangeiros com menos potencial que eu que têm mais oportunidades, ou porque conhecem os professores há mais tempo ou porque ex-professores no país deles têm projetos em comum com os orientadores aqui.

A super qualificação de Ana para a função que desempenha é clara, sendo um exemplo clássico de *deskilling* (tal qual Érika), posto em que seu potencial produtivo não é aproveitado ao máximo, e de *brainwaste*⁶, pois, com o passar do tempo, sua experiência de trabalho como supervisora ficará defasada. Por não conseguir encontrar um emprego que corresponda às suas qualificações de contabilista, Ana viu-se obrigada a aceitar um trabalho inferior. Seu depoimento é claro em sublinhar o incômodo, a frustração e a insatisfação que essa situação lhe traz.

A experiência de Patrícia não se afasta muito daquilo que Ana relata. Tendo uma carreira acadêmica sólida e promissora no Brasil, com sucessivas bolsas de estudo, publicações, participação em eventos, e depois, ainda, de ter dado aulas, ao chegar em Portugal Ana não vê sua carreira reconhecida; sente-se rebaixada ao nível de estudantes de graduação, por causa de toda a burocracia que tem que enfrentar e da escassez de oportunidades. Tal como acontece com Ana, Patrícia também experimenta um processo de *deskilling*, uma vez que não consegue pôr em prática todo o seu potencial e suas qualificações. Assim, percebe-se que dinâmicas de preconceito também atingem brasileiras com altos níveis de qualificação.

Renata, 22 anos, é paulista. Tem ensino médio completo e migrou para Portugal em 2003, junto com o marido, em um projeto de imigração familiar. No Brasil, trabalhava como caixa de supermercado, e em Portugal, ao longo dos anos, tem trabalhado basicamente em restaurantes, como garçomete, caixa ou auxiliar de cozinha.

⁶ Para uma discussão sobre o conceito, ver MAHROUM, 2005; MEYER, 2001.

Olha, no outro restaurante que eu tava, não nesse, eram todos portugueses, só eu e outra moça que éramos brasileiras, e às vezes eu ouvia piadinhas, sim, sabe... (...) Quando passava, por exemplo, aquela situação das garotas de programa lá de Bragança, aquele tipo de coisa, eles ficavam sempre a fazer piadinha, diziam “mas tu não é dessas não, né Rê?”

Lana, 38 anos, é baiana, formada em Psicologia. Imigrou para Portugal em 2005, com uma bolsa de estudos Erasmus Mundos, para fazer mestrado. Em seguida, foi investigadora em um projeto de pesquisa e, posteriormente, conseguiu uma bolsa da FCT para o doutorado. Há três anos trabalha como professora auxiliar em uma faculdade privada, com um contrato de trabalho renovado anualmente; também é coordenadora do departamento e de duas linhas de investigação.

Já são muitos anos que eu estou aqui, mais de 10, e não lembro de ter passado por muita situação humilhante ou de preconceito não. Mas um dia desses aconteceu uma aqui nessa faculdade que por muito pouco eu não peço demissão. Eu entrei com um contrato de professora normal, depois fui crescendo e agora sou coordenadora do departamento e de duas linhas de investigação. Eis que um dia o diretor da faculdade diz: “Olhe, vou lhe confessar que para ser uma brasileira você me surpreendeu positivamente. Nunca pensei que entre vocês também tivessem aquelas que trabalhavam sério e comprometidas como você.” Aí ele começou a rir, como quem tivesse feito uma piada. Eu fiquei tão passada que nem soube o que dizer.

O ponto comum entre os discursos de Renata e Lana são as piadas, comentários sarcásticos, a desconfiança quanto à qualidade do trabalho e o potencial produtivo. Os comentários costumam vir com “tintas” de bom humor, para disfarçar o preconceito existente. A pergunta retórica de que Renata não é como as brasileiras em Bragança dá a entender que, por ser brasileira, ela poderia ser uma prostituta; assim como o elogio acerca do trabalho de Lana pressupõe a crença de que as brasileiras, em sua maioria, não são trabalhadoras sérias. Ambos os comentários são atravessados por imaginários sociais inspirados em discursos coloniais que tendem a inferiorizar as mulheres brasileiras. No caso de Renata, o imaginário da mulher brasileira fofosa, sexualizada, de vida fácil, e no caso de Lana, o estereótipo da brasileira como preguiçosa, pouco trabalhadora e desatenta. Uma vez mais as qualificações, o tipo de inserção laboral e a classe social não asseguram um distanciamento total das situações de preconceito.

Lívia, 24 anos, é de São Bernardo dos Campos (SP), e imigrou para Portugal juntamente com a mãe, em 2007. Tem o ensino médio completo e um curso de técnica em enfermagem incompleto – não conseguiu dar continuidade em Portugal, porque os documentos não foram aceitos. Na época da entrevista trabalhava como caixa de um restaurante, após uma longa sequência de trabalhos precários – promotora de vendas, vendedora, babá e cuidadora.

Eu trabalho com contrato nesse restaurante já tem quase dois anos, e antes fiz muito *part-time* e trabalhava nos finais de semana, e até hoje eles acham graça quando eu digo mesa “meia-meia” ou digo “meia-cinco”, e não “seis-seis” ou “seis-cinco”. Fingem que não entendem, ficam perguntando de novo, riem... Mas, na hora de assistir as novelas e cantar as músicas, todo mundo entende tudo. Me dá uma raiva. É mesmo só pra falar do meu sotaque.

Cláudia já não está mais em Portugal; esteve no país por quatro anos para realizar seu doutoramento, com bolsa da Capes. Veio para Portugal em 2009, a convite da orientadora de doutorado, e retornou em 2012. Quando a entrevista foi realizada, tinha 27 anos. Ela é formada em química e biologia, pela Universidade Federal de Pernambuco, e fez seu doutorado em Bioquímica. Atualmente é professora do curso de veterinária da Universidade Estadual de Londrina.

Uma vez, ainda estava tendo as aulas do doutoramento, fui apresentar um trabalho... isso já devia ser metade do semestre, todo mundo já me conhecia e sabia que eu era brasileira... Foi só eu começar a falar e foi uma risadaria geral na sala. Aquilo tudo para mim era tão sem sentido que eu fiquei sem acreditar que era por causa do meu sotaque, e fiquei procurando se tinha alguma coisa de errado. O professor não riu, isso é verdade, mas também não se importou com o que estava acontecendo. E depois tinham os trabalhos escritos... os professores sempre davam um jeito de dizer que não tinham entendido bem o que eu tinha querido dizer e que por isso minha nota era aquela. Queria ver se fosse um alemão falando português se iam rir.

Cláudia e Lívia relatam a mesma experiência de ridicularização por conta do sotaque brasileiro. No caso de Cláudia, isso pode ser considerado surpreendente, por se tratar de um ambiente acadêmico internacionalizado onde circulam estrangeiros, com seus respectivos sotaques.

Historicamente, a língua tem sido um poderoso instrumento de dominação. Durante o processo de colonização, havia um interesse dos portugueses em difundir o português em todo o território colonial, como uma forma de assegurar a identidade e a união da colônia com a metrópole. E mesmo com o fim do império, com a guerra pela independência das colônias, em 1974, Portugal apoiou-se na unidade linguística como recurso para manter influência sobre suas antigas colônias, mediante a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs) e do mito da lusofonia (ALMEIDA, M. V., 2008). Nessa dinâmica, gera-se uma dominação através do idioma, reafirmando que o único português puro e genuíno é aquele falado em Portugal, enquanto todos os demais são de segunda categoria. As diferenças de sotaque aparecem, portanto, como um canal para legitimar a inferiorização e exclusão das brasileiras, uma vez que as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal são sempre ressaltadas negativamente. Essa situação mostra-se ainda mais grave quando se leva em conta que, no caso dos imigrantes, em especial dos países do Norte, que não são proficientes em Português verbal ou escrito, mas que mesmo assim são elogiados por terem alguma noção do idioma, com sotaque e com os erros comuns de quem fala uma segunda língua, sempre se resalta a capacidade linguística em aprender o idioma português.

Percebe-se assim, uma vez mais, que a experiência da brasileira acadêmica, altamente qualificada, em um ambiente intelectualmente sofisticado se aproxima daquela da brasileira inserida em um mercado laboral pouco qualificado, caracterizado pela precariedade e instabilidade, desta vez pela inferiorização por conta das diferenças linguísticas.

Natural do Rio de Janeiro, Débora, de 45 anos, graduada em enfermagem, migrou para Portugal em 2000, porque a irmã já estava no país. Desde o começo, trabalhou como empregada doméstica interna, babá, cuidadora de pessoas idosas e, por fim, estabeleceu-se como diarista.

Essa senhora mesma onde eu era interna, ela me mandava ir no mercado. Se eu fosse todo dia no mercado, ela queria pôr no mapinha como eu fazia para chegar lá. E isso é chato, a gente fica... Se sente inferior, é muito mal sentir-se inferior, é horrível.

Mara, 42 anos, é de Curitiba e veio para Portugal em 2002, porque o marido informático recebeu uma proposta de trabalho. É formada em arquitetura e, logo que chegou, deu início ao mestrado, doutoramento, pós-doutoramento, tudo na mesma instituição, e com bolsa da FCT. Ao longo do pós-doutoramento, coordenou dois projetos de investigação, um financiado pela FCT e outro pela União Europeia, sempre na mesma instituição. Prestou concurso para uma vaga de professora associada, mas, apesar de ter logrado o primeiro lugar, não pôde assumir, por questões de políticas internas. Atualmente tem um contrato temporário de professora convidada.

Eu fiz toda minha carreira acadêmica nessa instituição, com exceção da licenciatura (...) já nem conto quantas vezes eu ouvi “talvez seja melhor fulana ficar na coordenação do projeto porque fulana é portuguesa e entende melhor os trâmites. Você acha ruim ficar como vice?”, ou então “vamos mandar fulano para representar o centro no evento, porque é um evento muito importante”. (...) Sinceramente, eles acham que eu não sei me comportar ou que não sou inteligente suficiente porque eu sou brasileira para aprender as coisas? Me dá uma raiva, não sei nem te explicar.

Os depoimentos de Mara e Débora coincidem no que diz respeito à subalternização das mulheres brasileiras, construídas como sujeitos inferiores e ignorantes pelo discurso colonial. O racismo colonial categorizou os sujeitos da colônia como incivilizados, tradicionais e de segunda categoria. Além de sujeitos hipersexualizados e exóticos, as brasileiras também foram construídas como menos capazes do que as mulheres da metrópole. Débora relata a insistência de sua patroa em sempre querer ensiná-la a mesma tarefa repetidas vezes, desconfiando de sua capacidade de aprender. Enquanto Mara, mesmo tendo provado sua capacidade intelectual ganhando projetos financiados por entidades portuguesas e europeias, é excluída de várias situações pela dúvida em relação às suas habilidades de se portar de maneira adequada em determinadas situações.

Ambas relatam uma experiência de desempoderamento e inferiorização que claramente as frustra e as constrange. Mais uma vez, o nível de qualificação ou a atividade desempenhada tem pouca importância no comportamento de subestimar as habilidades e capacidades das brasileiras. Para todos os efeitos, como mulheres das ex-colônias, elas são sujeitos inferiores e menos capazes.

Em relação às acadêmicas, há um aspecto interessante a ser observado. Algumas delas, nomeadamente Mara, Lis e Lana, vivenciam uma mudança qualitativa significativa em suas experiências em Portugal. Se, no caso das três, a saída do Brasil para Portugal pode ser enquadrada dentro de um esquema de mobilidade acadêmica, com o passar dos anos em que se encontram no país, ao darem continuidade às suas carreiras acadêmicas, pode-se dizer que se aproximam de um padrão de migração laboral.

A literatura (KING & RUIZ-GELICES, 2003; TEICHLER, 2015) tende a definir a mobilidade acadêmica como um deslocamento geográfico temporário que visa especificamente à formação e aperfeiçoamento das qualificações acadêmicas. Como citado acima, essas mulheres conseguem ingressar na carreira acadêmica como professoras. Contudo, tal qual no caso das trabalhadoras que foram entrevistadas, a experiência profissional de Mara, Lis e Lana é marcada por instabilidade contratual, pouco reconhecimento social e por dinâmicas de exclusão.

Do depoimento de Renata e Livia, ao declararem que possuem apenas o ensino médio completo, e do de Ana, que detém um curso profissionalizante, pode-se inferir uma diferença de classe social em comparação com as demais entrevistadas que têm ensino superior. No Brasil, ainda que não em termos absolutos, e principalmente após as ações afirmativas levadas a cabo nos últimos 12 anos, todavia, persiste uma associação muito forte entre o acesso ao ensino superior e sua conclusão e diferenças de classe social (CARVALHO, 2011; MONT'ALVÃO NETO, 2014). Contudo, no discurso reportado pelas entrevistadas, e em uma primeira análise, as diferenças de classe social parecem não ser muito visíveis na maneira como suas experiências são moldadas.

CONCLUSÃO

A experiência das mulheres brasileiras em Portugal é um fenômeno complexo e heterogêneo, atravessado por uma matriz de variáveis políticas, econômicas, sociais e históricas, de modo que ela não pode ser descrita de forma única e definitiva. Ademais, a intersecção

de diversos marcadores de diferença – cor da pele, classe social, religião, raça, idade – constrói não um sujeito único “mulher brasileira”, mas distintas possibilidades de experiência.

Contudo, é inegável que há um núcleo comum de opressão e dominação que afeta as brasileiras em algum momento de sua trajetória migratória. Estejam elas no mercado de trabalho informal, precário ou na academia, situações de preconceito e/ou discriminação (racial ou sexual) são relatadas.

Identificamos nesse estudo a existência de um processo transversal de subalternização e inferiorização das mulheres brasileiras, indiferentemente se suas trajetórias migratórias estão associadas a percursos de migração laboral ou dentro de esquemas de mobilidade acadêmica. Embora marcadores como classe social, regularização de documentos e nível de qualificação possam contribuir no sentido de matizar as experiências de opressão, preconceito e discriminação, eles não conseguem evitá-las por completo.

Especificamente no que diz respeito a diferenças de classe social, experiências de preconceitos e discriminação entre imigrantes brasileiras apareceram apenas de forma muito superficial no discurso das entrevistadas e, uma vez que esse não era o objetivo principal do presente estudo, nenhuma análise mais aprofundada ou complexa pôde ser realizada. Assim, e a partir de nossas análises, tendemos a concordar com Gomes (2013) no sentido de que a experiência de estigmatização e subalternização das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal parece não ser atravessada de forma marcante por diferenças de classe social. Porém, é de ressaltar que essa relação entre as diferenças de classe social na experiência das imigrantes brasileiras tem sido um marcador de diferença pouco considerado nas análises e na literatura, requerendo, portanto, maiores investigações.

É importante também destacar que tais situações de preconceito e discriminação, ainda que se manifestem de maneiras diferentes, estão igualmente presentes no ambiente acadêmico. Ao contrário do que se poderia imaginar, funcionários/as, investigadores/as, estudantes e professores/as reproduzem da mesma forma comportamentos e discursos preconceituosos e discriminatórios em relação às brasileiras inseridas na academia. E, uma vez que o meio acadêmico se apresenta

como conservador, eurocêntrico e sexista, ele acaba por legitimar hierarquias sociais e assimetrias de poder que costumam ser, da mesma forma, encontradas em outros setores da sociedade. Questionamentos acerca da validade do conhecimento produzido e número reduzido de convites para participar em grupos de investigação, publicações conjuntas ou coordenação de projetos são alguns dos elementos que ilustram como as assimetrias de poder se reproduzem.

REFERÊNCIAS

ACKERS, L. Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation: The European Journal of Social Science*, v. 18, n. 3, p. 301-317, 2005.

ALMEIDA, A. M. F. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

ALMEIDA, L.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; AMARAL, A.; DIAS, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ALMEIDA, M. V. O complexo colonial português. *Jornal Hoje Macau*, Macau, 2008. Sociedade, p. 10.

ALVIM, F.; TOGNI, P. Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, 2010, p. 145-152.

BAGANHA, M. I. Política de imigração: a regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 73, p. 29-44, dez. 2005.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *X Congresso Nacional de Educação - EDUCEREII Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE*, 2011.

BAUDER, H. The international mobility of academics: a labour market perspective. *International Migration*, v. 53, n. 1, p. 83-96, 2015.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, nov. 1981.

CANTWELL, B. Transnational mobility and international academic employment: gatekeeping in an academic competition arena. *Minerva*, v. 49, n. 4, p. 425-445, dez. 2011.

CARVALHO, M. A educação superior no Brasil: o retorno do privado e as restrições ao ingresso. *Sinais*, v. 5, n. 15, p. 82-109, 2011.

CUNHA, I. A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 39-73, 2003.

DELICADO, A. Going abroad to do science: mobility trends and motivations of Portuguese researchers. *Science Studies: an Interdisciplinary Journal for Science and Technology Studies*, v. 23, n. 2, p. 36-59, 2010.

ENGELMANN, F. Globalização e poder de Estado: circulação internacional de elites e hierarquias do campo jurídico brasileiro. *Dados*, v. 55, n. 2, p. 487-516, 2012.

EUROSTAT. *The EU in the world 2014 - A statistical portrait*. Luxemburg: European Union, 2014.

FELDMAN-BIANCO, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. *Identities*, v. 8, n. 4, p. 607-650, dez. 2001.

FERNANDES, G. *Viver [Além-Mar]: estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural). Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2008.

FONSECA, M. L.; ESTEVES, A.; IORIO, J. Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

FRANÇA, T. *Lindas mulatas com rendas de Portugal: a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2012.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. *Configurações*, v. 12, p. 47-60, 2013.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. Acordo bilateral de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: internacionalização ou (pós)colonização universitária? *Revista UDUAL*, v. 16, n. 69, p. 57-73, 2016.

G1. Portugal será excluído do Ciência sem Fronteiras, diz Mercadante. *G1 - O portal de notícias da Globo*, Brasil, 24 abr. 2014.

GÓIS, P.; MARQUES, J. C.; PADILLA, B.; PEIXOTO, J. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático - Migrações entre Portugal e América Latina*, OI/ACIDI, n. 5, p. 111-113, out. 2009.

GOMES, M. *O imaginário social [Mulher Brasileira] em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Lisboa, 2013.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, p. 117-132, jun. 2008.

HARDING, S. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, S. (Org.). *Feminism and methodology*. Bloomington: University Press, 1987. p. 1-14.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. Reprint edition. New York: Penguin, 2005.

HOCHSCHILD, A. R. Global care chains and emotional surplus value. In: HUTTON, W; GIDDENS, A. (Orgs.). *On the edge: Living with global capitalism*. [S.l: s.n.], 2000. p. 130-146.

KEDDY, B.; SIMS, S. L.; STERN, P. N. Grounded theory as feminist research methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 23, n. 3, p. 448-453, mar. 1996.

KING, R.; RUIZ-GELICES, E. International student migration and the European “year abroad”: effects on European identity and subsequent migration behavior. *International Journal of Population Geography*, v. 9, p. 229-252, 2003.

KOFMAN, E. Female “birds of passage” a decade later: gender and immigration in the European Union. *International Migration Review*, v. 33, n. 2, p. 269-299, 1999.

KOFMAN, E; RAGHURAM, P. Gender and global labour migrations: incorporating skilled workers. *Antipode*, v. 38, n. 2, p. 282-303, 2006.

- LOURO, G. Gênero: questões para educação. In: BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 225-242.
- MACHADO, I. J. de R. *Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. [S.l.]: ICS, 2009.
- MAHROUM, S. The international policies of brain gain: a review. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 17, n. 2, p. 219-230, jun. 2005.
- MALHEIROS, J. Os brasileiros em Portugal: a síntese do que sabemos. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 11-37.
- MEYER, J.-B. Network approach versus brain drain: lessons from the diaspora. *International Migration*, v. 39, n. 5, p. 91-110, 2001.
- MONT'ALVÃO NETO, A. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 417-441, 2014.
- MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.
- NUNAN, C.; PEIXOTO, J. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 20, n. 38, p. 233-250, jun. 2012.
- NUNES, J. A. As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro: uma cultura científica de fronteira? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 189-198, out. 2002.
- NUNES, J. A.; GONÇALVES, M. E. Introdução. In: NUNES, J. A.; GONÇALVES, M. E. (Orgs.). *Enteados de Galileu* A semi-periferia no sistema mundial da ciência. Porto: Afrontamento, 2001. p. 13-31.
- PADILLA, B. Integração dos “imigrantes brasileiros recém chegados” na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades. In: MACHADO, I. J. de R. (Org.). *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Edufscar, 2006a. p. 19-42.
- PADILLA, B. Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: [] solidariedad étnica o empatía étnica [?]. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, v. 14, 2006b, p. 49-61.
- PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando gênero na análise. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007a. p. 113-135.

PADILLA, B. Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007b. p. 217-226.

PADILLA, B. Brasileiras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 14, 10 jul. 2007c.

PADILLA, B. Estado del arte de las investigaciones sobre los brasileños y brasileñas en Portugal. In: YEPEZ, I.; HERRERA, G. (Orgs.). *Latin America-Europe migrations: what challenges for analysis and politics?* Ecuador: FLACSO, Université Catholique de Louvain and OBREAL, p. 69-94, 2007d.

PADILLA, B. O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrantes*, n. 3, p. 191-215, 2008.

PADILLA, B.; FRANÇA, T. A imigração brasileira desde uma perspectiva de gênero. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

PADILLA, B.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P.; PEIXOTO, J. A imigração brasileira em Portugal. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

PAIS, J. M. “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 2, p. 9-23, 2010.

PEIXOTO, J. Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 53, p. 71-90, jan. 2007.

PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Portugal: ACIDI, 2007. p. 87-112.

PINHO, F. *Transformações na emigração brasileira para Portugal: de profissionais a trabalhadores*. Lisboa: ACM, 2014.

PIPER, N. International migration and gendered axes of stratification. In: PIPER, N. (Org.). *New perspectives on gender and migration: livelihood, rights and entitlements*. NY: Routledge, 2007. p. 1-18.

PIRES, R. P.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, J.; ESPÍRITO-SANTO, I.; VIDIGAL, I. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2011*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL e DGACCP, 2015.



T O D A P A L A V R A
editora

Gênero e Mobilidades no Tempo Presente foi organizado por Gláucia de Oliveira Assis, Beatriz Padilla e Thais França e editado por TODAPALAVRA Editora, em Ponta Grossa, Paraná, no ano de 2021.

Dados técnicos

ISBN: 978-65-89612-00-1

Formato fechado: 16x23 cm

Fontes utilizadas: Bebas Neue, Goudy Old Style

Revisão por Hein Leonard Bowles

Capa, projeto gráfico e diagramação por Dyego Marçal

Impressão por: Gráfica Idealiza

Tiragem: 400 exemplares

Miolo: com 332 páginas em papel offset 90 g/m²

Capa em papel cartão supremo 250 g/m²

Acabamento: laminação fosca